

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
 ÓRGÃO: JUSTIÇA ELEITORAL  
 UNIDADE: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL  
 Referência: **DEZEMBRO/2021**

**Publicação em atendimento ao Ranking de Transparência a partir de 2019**  
**Provimmentos, Vacâncias e Redistribuições**

Data de ocorrência	Provimmento ou Vacância	Cargo	Nome	Portaria	Data de Publicação da Portaria	Local Publicação
03-12-2021	Redistribuição – ingresso	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Aline Rose de Mello e Silva Nassar	1043/2021	03-12-2021	DOU
	Redistribuição – saída	Técnico Judiciário – Área Administrativa	cargo vago			
14-12-2021	Nomeação	Analista Judiciário – Área Judiciária	Amanda Dorneles	1032/2021	14-12-2021	DOU
14-12-2021	Nomeação	Analista Judiciário – Área Judiciária	Carolina Costa da Cunha	1034/2021	14-12-2021	DOU
14-12-2021	Nomeação	Analista Judiciário – Área Judiciária	Débora dos Santos Ramos	1036/2021	14-12-2021	DOU
14-12-2021	Nomeação	Analista Judiciário – Área Judiciária	Nathan de Mello	1037/2021	14-12-2021	DOU
14-12-2021	Nomeação	Analista Judiciário – Área Judiciária	Pedro Antunes do Nascimento	1035/2021	14-12-2021	DOU
14-12-2021	Nomeação	Analista Judiciário – Área Judiciária	Valdiclei dos Reis Santos	1033/2021	14-12-2021	DOU
14-12-2021	Nomeação	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Brenda Paiva Lipnharski	1040/2021	14-12-2021	DOU
14-12-2021	Nomeação	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Carlos Renan Streit Kurtz	1038/2021	14-12-2021	DOU
14-12-2021	Nomeação	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Eduardo Ribeiro Brum	1039/2021	14-12-2021	DOU
14-12-2021	Nomeação	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Pablo Fonseca de Souza	1042/2021	14-12-2021	DOU
14-12-2021	Nomeação	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Vitoria de Albuquerque Baldo Meneghetti	1041/2021	14-12-2021	DOU

Art. 100 da Lei n. 13.242/2015.

Art. 7º Alterar a nomenclatura da função comissionada, FC-1, de Assistente I da Seção de Capacitação para Assistente I da Coordenadoria Executiva.

Manter a servidora ADRIANA CANDIDA MUNCKE, ocupante do cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, no exercício da função comissionada de Assistente I da Coordenadoria Executiva, FC-1.

Art. 8º Alterar a nomenclatura da função comissionada, FC-6, de Chefe da Seção de Manutenção de Imóveis da Capital para Chefe da Seção de Manutenção de Imóveis da Capital, Região Metropolitana e Litoral.

Manter a servidora RACHEL IVANIA TASCA E LAZZARI, ocupante do cargo de Analista Judiciário, Área Judiciária, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, no exercício da função comissionada de Chefe da Seção de Manutenção de Imóveis da Capital, Região Metropolitana e Litoral, FC-6.

Art. 9º Alterar a nomenclatura da função comissionada, FC-1, de Assistente I da Seção de Manutenção de Imóveis da Capital para Assistente I da Seção de Manutenção de Imóveis da Capital, Região Metropolitana e Litoral.

Manter a servidora ROBERTA DE TULLIO MONTEIRO, ocupante do cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, no exercício da função comissionada de Assistente I da Seção de Manutenção de Imóveis da Capital, Região Metropolitana e Litoral, FC-1.

Art. 10º Alterar a nomenclatura da função comissionada, FC-4, de Assistente IV da Seção de Planejamento Orçamentário para Chefe de Gabinete da Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade.

Manter a servidora MONICA FLOR PORTELLA, ocupante do cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, no exercício da função comissionada de Chefe de Gabinete da Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, FC-4.

Art. 11º Alterar a nomenclatura da função comissionada, FC-1, de Assistente I da Coordenadoria de Desenvolvimento e Saúde para Assistente I da Seção de Atenção à Saúde.

Manter a servidora VIVIAN WOLFF DE LIZ, ocupante do cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, no exercício da função comissionada de Assistente I da Seção de Atenção à Saúde, FC-1.

Art. 12º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05/11/2021.

Des. TITO CAMPOS DE PAULA

### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

PORTARIA TRE-RS P Nº 1.043, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2021

O DESEMBARGADOR ARMINIO JOSE ABREU LIMA DA ROSA, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, no uso das suas atribuições legais, e em conformidade com o art. 37 da Lei n. 8.112/1990, regulamentado pela Resolução TSE n. 23.563/2018, e com a Resolução n. 146/2012, do Conselho Nacional de Justiça, bem como na decisão proferida nos autos do Processo n. 0004622-58.2021.6.21.8000, resolve,

Art. 1º Redistribuir um cargo vago de Técnico Judiciário, Área Administrativa, do Quadro de Pessoal do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS), criado pela Lei n. 8.868/1994, em reciprocidade com cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, do Quadro de Pessoal do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas (TRE-AM), ocupado por ALINE ROSE DE MELLO E SILVA NASSAR.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Desembargador ARMINIO JOSE ABREU LIMA DA ROSA,

### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO DIRETORIA-GERAL

PORTARIA DG Nº 246, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2021

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO, no uso da competência que lhe foi delegada através do Ato GP nº 71/2021, bem como o que consta do Processo SEI nº 2021.0.000050839-4, resolve:

Art. 1º Reverter, a partir de 09/11/2021, a cota parte de 50% (cinquenta por cento) da pensão civil vitalícia destinada à beneficiária EUNICE CORREA VIANNAY, em razão de seu falecimento, em favor de RICARDO VIANNAY VIEIRA, já beneficiário de pensão civil temporária, na cota parte de 50% (cinquenta por cento), na qualidade de dependente inválido do ex-servidor inativo JOSÉ MARIA GARCIA DA FONSECA, Técnico Judiciário, NI C 13, matrícula nº 1888069, do Quadro Permanente deste Tribunal, com fundamento legal no artigo 223, inciso I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 (redação original), passando o beneficiário RICARDO VIANNAY VIEIRA a perceber a integralidade da pensão, no percentual de 100% (cem por cento).

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ODLAN VILLAR FARIAS

### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

ATO Nº 244, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2021

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe confere o art. 24, inciso XLVII, do Regimento Interno do Tribunal, resolve:

Art. 1º Dispensar GÉSSICA MORGANA SILVA SANTOS da função comissionada de Assistente I, nível FC-1, da 341ª Zona Eleitoral - Embu das Artes.

Art. 2º Este ato será publicado no Diário Oficial da União, com efeitos a partir de 29 de novembro de 2021.

WALDIR SEBASTIÃO DE NUEVO CAMPOS JUNIOR

PORTARIA N 300, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2021

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, resolve:

tendo em vista o disposto no artigo 33, inciso IX, da Lei n. 8.112/90, declarar vago o cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Classe C, Padrão 13, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, criado pela Lei n. 10.842, de 20/02/2004, na Vaga de n. 209, ocupado por SAMUEL DA SILVA PEREIRA, RG n. 8.147.510 SSP/SP, a partir de 16/11/2021, em razão de seu falecimento.

WALDIR SEBASTIÃO DE NUEVO CAMPOS JUNIOR

### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

PORTARIA Nº 753/PRES/DG/SGP/COPES, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2021

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS, no uso das atribuições legais e regimentais, nos termos do disposto no art. 20, inciso XXVII, do Regimento Interno deste Tribunal e tendo em vista o disposto no artigo 37 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, na Resolução CNJ nº 146/2012 e Resolução TSE nº 23.563/2018, e o constante do processo SEI nº 0009118-65.2021.6.27.8000, resolve:

Art. 1º Redistribuir para o Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, o cargo efetivo de Técnico Judiciário, Área Administrativa deste Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, criado pela Lei nº 10.842/2004, ocupado pela servidora FERNANDA JAQUELINE DO COU

TEIXEIRA, com fundamento no art. 37 da Lei nº 8.112/1990 e no art. 24 da Resolução TSE nº 23.563/2018, recebendo daquele Tribunal, por reciprocidade, cargo vago de mesma denominação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Desembargador HELVÉCIO DE BRITO MAIA NETO

### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

PORTARIA GPR Nº 1.838, DE 28 DE OUTUBRO DE 2021

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS EM EXERCÍCIO, no uso de sua competência legal e tendo em vista o disposto no PA 0021643/2021, resolve:

Conceder aposentadoria voluntária integral à servidora GLÓRIA MATOS DA SILVA VIEIRA, matrícula 308408, ocupante do cargo de Analista Judiciário, Área Judiciária, Classe "C", Padrão 13, com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional 47/2005, c/c o art. 3º, caput e § 1º, da Emenda Constitucional 103, de 12/11/2019, com as vantagens previstas no art. 67 da Lei 8.112/1990, c/c o art. 6º da Lei 9.624/1998 e com o art. 15, inciso II, da Medida Provisória 2.225-45/2001, no art. 3º da Lei 8.911/1994, c/c o art. 15 da Lei 9.527/1997 e na determinação judicial contida no RE 638.115/CE.

Desembargadora ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO

PORTARIA GPR Nº 1.951, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2021

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso de sua competência legal e tendo em vista o contido no PA Nº 1032049/2021, resolve:

Art. 1º Designar ANNE HELLEN DIAS BANDEIRA, matrícula N. 319.680, Técnico Judiciário, Área Administrativa, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, para exercer a Função Comissionada, FC-02, de Auxiliar Especializado do Gabinete do Exmo. Sr. Desembargador João Egmont Leôncio Lopes, ficando dispensada RAQUEL DE ALMEIDA MONTENEGRO MOREIRA, matrícula N. 313.109, Técnico Judiciário, Área Administrativa, do Quadro de Pessoal deste Tribunal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Desembargador ROMEU GONZAGA NEIVA

PORTARIA GPR Nº 1.972, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2021

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso de sua competência legal e tendo em vista o contido no PA Nº 1032419/2021, resolve:

Art. 1º Designar FERNANDO BARBOSA, matrícula N. 316.806, Técnico Judiciário, Área Administrativa, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, para exercer a Função Comissionada, FC-01, de Executante da 6ª Vara Criminal da Circunscrição Judiciária de Brasília, ficando dispensado ALEX ARAUJO BRANDAO, matrícula N. 318.107, Técnico Judiciário, Área Administrativa, do Quadro de Pessoal deste Tribunal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. ROMEU GONZAGA NEIVA

### TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

PORTARIA Nº 750, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA PRIMEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o que consta do Processo nº 17841/2021-PROAD e em estrito cumprimento à decisão judicial com força executória em sede de tutela antecipada exarada pelo Juízo da 1ª Vara Federal de Volta Redonda/Rio de Janeiro, resolve:

Alterar a Portaria nº 1489/2016-SEP, publicada no DEJT nº 2094/2016 - Caderno Administrativo - TRT da 1ª Região de 28/10/2016, nos termos do art. 7º do Ato nº 101/2012, para tornar sem efeito os itens IV e V.

Conceder pensão post mortem à ANA PAULA CAMARGO ROMANO, na condição de companheira do servidor falecido em atividade ADRIANO MACIEL DE ALVARENGA, correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor do benefício, com duração vitalícia, a contar de 30 de abril de 2016, com efeitos financeiros a contar de 24/11/2021, data da ciência deste TRT da decisão judicial de urgência, observando-se a legislação vigente na data do óbito: artigos 215, 217, inciso III, 218 e 222, inciso VII, alínea "b", item 6, da Lei nº 8.112/90, com redação do art. 40, § 7º, inciso II, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003, observando-se o art. 2º, inciso II, da Lei nº 10.887/04.

DESEMBARGADORA EDITH TOURINHO

### TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

ATO PR Nº 366 TRT-SP, DE 24 DE SETEMBRO DE 2021

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o disposto no artigo 37, da Lei nº 8.112/1990, com a redação dada pela Lei nº 9.527/1997; de acordo com a Resolução nº 146/2012, do C. Conselho Nacional da Justiça; e conforme o que consta do Processo de Redistribuição PROAD nº 25983/2021, resolve:

Art. 1º Cessar os efeitos do Ato PR nº 739, publicado no Diário Oficial da União, Seção 02, Poder Judiciário, página 56, em 08/10/2018, que removeu, a pedido, por permuta, a servidora MARIENI GALLI CARVALHO, matrícula nº 126268, Técnico Judiciário - Área Administrativa, do Quadro Permanente da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região para o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

Art. 2º Redistribuir o cargo de Técnico Judiciário - Área Administrativa, do Quadro Permanente da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, ocupado pela servidora MARIENI GALLI CARVALHO, matrícula nº 126268, para o Quadro Permanente do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, em reciprocidade com o cargo de Técnico Judiciário - Área Administrativa, ocupado pelo servidor LUIZ CARLOS TORQUATO.

Art. 3º Este Ato PR entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ ANTONIO M. VIDIGAL

### TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PORTARIA Nº 3.169, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2021

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO, no uso de suas atribuições, e considerando o que consta no PA nº 7.193/2021, resolve:

1. Exonerar, a contar de 03-12-2021, a servidora ROSAURA PEREIRA GONCALVES (94951), ocupante do cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, do cargo em comissão de ASSESSOR-CJ2, da Diretoria-Geral;
2. Remover, a referida servidora, a contar de 03-12-2021, da Diretoria-Geral para a 29ª Vara do Trabalho de Porto Alegre;
3. Declarar vago, em decorrência, o cargo em comissão referido no item 1.

CARMEN IZABEL CENTENA GONZALEZ



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS**  
**COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO****PORTARIA Nº 744/TRE/PRESI/DG/SGP/COTEC/SEAPE, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2021**

O DESEMBARGADOR JOSÉ JAMES GOMES PEREIRA, PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo art. 16, XI, do Regimento Interno, e

Considerando a decisão exarada no Sistema Eletrônico de Informações nº 0015905-62.2021.6.18.8000 e Acórdão nº 17198/2021 - TCU - 1ª Câmara, que determinou a expedição de novo ato de aposentadoria com a conversão das parcelas de quintos incorporadas após a edição da Lei nº 9.624/1998 em "parcela compensatória", resolve:

Art. 1º Conceder aposentadoria voluntária com proventos integrais à servidora RAQUEL MARIA FERRO NOGUEIRA, Técnica Judiciária, Área Administrativa, NI, Classe "C", Padrão 13, do Quadro Permanente da Secretaria deste Tribunal, matrícula nº 43, tendo como fundamento o art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, garantindo o benefício da integralidade dos proventos e da paridade plena.

Art. 2º Converter as parcelas de quintos incorporadas pelo exercício de funções comissionadas entre 08/04/1998 e 04/09/2001 em "parcela compensatória", a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante modulação estabelecida pelo STF no âmbito do RE 638.115/CE.

Art. 3º Revogar a Portaria TRE-PI nº 549, de 30 de maio de 2018, publicada no D.O.U nº 105, de 04 de junho de 2018.

Art. 4º Os efeitos desta Portaria retroagem ao dia 05 de outubro de 2021, data da prolação do Acórdão nº 17198/2021-TCU-Primeira Câmara.

Des. JOSÉ JAMES GOMES PEREIRA

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE****PORTARIA Nº 216 - GP, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2021**

O DESEMBARGADOR-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso XIX, do Regimento Interno desta Casa,

Considerando o que consta nos autos do Processo Administrativo Eletrônico nº 8404/2021, resolve:

Art. 1º Conceder pensão vitalícia a JANAÍNA GONÇALVES DE BRITO BONIFÁCIO, cônjuge do ex-servidor falecido deste Tribunal, CARLOS JOSÉ DE OLIVEIRA BONIFÁCIO FEITOSA a partir de 12 de setembro de 2021, data do óbito, com fundamento nos arts. 23 e 24 da Emenda Constitucional nº 103/2019 e nos arts. 16, I; 18, II, "a"; 74, I; e 77, § 2º, incisos I e V, alínea "c", item 6 e § 2º-B, todos da Lei nº 8.213/1991, e suas alterações, observando-se, quanto ao valor da pensão o § 2º do artigo 26 - obedecido eventualmente o § 6º do mesmo artigo - e o § 2º do artigo 24, ambos também daquela Emenda, este último se houver a opção da viúva pelos valores integrais da sua aposentadoria em contraposição aos da pensão, observado o disposto no art. 40, § 8º da CF/88, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Desembargador GILSON BARBOSA

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL****PORTARIA TRE-RS P Nº 1.032, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2021**

O DESEMBARGADOR ARMINIO JOSÉ ABREU LIMA DA ROSA, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e tendo em vista o constante no Processo SEI 0010892-98.2021.6.21.8000, resolve:

Art. 1º Nomear, em virtude de habilitação e aproveitamento do Concurso Público regido pelo Edital de Concurso Público para Servidores 1/2019, do TRF da 4ª Região, AMANDA DORNELES, classificada em 3º lugar na Lista Específica da microrregião Fronteira (RS) do cargo de Analista Judiciário, Área Judiciária, para ocupar o cargo de Analista Judiciário, Área Judiciária, Classe A, Padrão 1, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, criado pela Lei n. 10.842, de 20 de fevereiro de 2004, vago em decorrência de aposentadoria da servidora Angela Denise da Cunha Lemos Belbute, publicada na Portaria n. 428, edição n. 55 do DOU, de 20 de março de 2020, enquadrado nos limites autorizados no anexo I da Portaria TSE n. 328/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Desembargador ARMINIO JOSÉ ABREU LIMA DA ROSA

**PORTARIA TRE-RS P Nº 1.033, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2021**

O DESEMBARGADOR ARMINIO JOSÉ ABREU LIMA DA ROSA, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e tendo em vista o constante no Processo SEI 0010892-98.2021.6.21.8000, resolve:

Art. 1º Nomear, em virtude de habilitação e aproveitamento do Concurso Público regido pelo Edital de Concurso Público para Servidores 1/2019, do TRF da 4ª Região, VALDICLEI DOS REIS SANTOS, classificada em 4º lugar na Lista Geral do Rio Grande do Sul de candidatos(as) negros(as) e do cargo de Analista Judiciário, Área Judiciária, para ocupar o cargo de Analista Judiciário, Área Judiciária, Classe A, Padrão 1, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, criado pela Lei n. 10.842, de 20 de fevereiro de 2004, vago em decorrência de exoneração do servidor Felipe Trevisan Amaro, publicada na Portaria n. 506, edição n. 84 do DOU, de 05 de maio de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Desembargador ARMINIO JOSÉ ABREU LIMA DA ROSA

**PORTARIA TRE-RS P Nº 1.034, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2021**

O DESEMBARGADOR ARMINIO JOSÉ ABREU LIMA DA ROSA, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e tendo em vista o constante no Processo SEI 0010892-98.2021.6.21.8000, resolve:

Art. 1º Nomear, em virtude de habilitação e aproveitamento do Concurso Público regido pelo Edital de Concurso Público para Servidores 1/2019, do TRF da 4ª Região, CAROLINA COSTA DA CUNHA, classificada em 6º lugar na Lista Específica da microrregião Sul (RS) do cargo de Analista Judiciário, Área Judiciária, para ocupar o cargo de Analista Judiciário, Área Judiciária, Classe A, Padrão 1, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, criado pela Lei n. 8.868, de 14 de abril de 1994, vago em decorrência de exoneração da servidora Loraine Peixoto Lima, publicada na Portaria n. 599, edição n. 171 do DOU, de 04 de setembro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Desembargador ARMINIO JOSÉ ABREU LIMA DA ROSA

**PORTARIA TRE-RS P Nº 1.035, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2021**

O DESEMBARGADOR ARMINIO JOSÉ ABREU LIMA DA ROSA, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e tendo em vista o constante no Processo SEI 0010892-98.2021.6.21.8000, resolve:

Art. 1º Nomear, em virtude de habilitação e aproveitamento do Concurso Público regido pelo Edital de Concurso Público para Servidores 1/2019, do TRF da 4ª Região, PEDRO ANTUNES DO NASCIMENTO, classificado em 7º lugar na Lista Específica da microrregião Noroeste (RS) do cargo de Analista Judiciário, Área Judiciária, para ocupar o cargo de Analista Judiciário, Área Judiciária, Classe A, Padrão 1, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, criado pela Lei n. 7.645, de 18 de dezembro de 1987, vago em decorrência de posse em outro cargo inacumulável da servidora Izadora Bochi Knorr, publicada na Portaria n. 715, edição n. 31 do DOU, de 17 de fevereiro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Desembargador ARMINIO JOSÉ ABREU LIMA DA ROSA

**PORTARIA TRE-RS P Nº 1.036, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2021**

O DESEMBARGADOR ARMINIO JOSÉ ABREU LIMA DA ROSA, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e tendo em vista o constante no Processo SEI 0010892-98.2021.6.21.8000, resolve:

Art. 1º Nomear, em virtude de habilitação e aproveitamento do Concurso Público regido pelo Edital de Concurso Público para Servidores 1/2019, do TRF da 4ª Região, DEBORA DOS SANTOS RAMOS, classificada em 2º lugar na Lista Específica da microrregião Noroeste (RS) de candidatos(as) negros(as) do cargo de Analista Judiciário, Área Judiciária, para ocupar o cargo de Analista Judiciário, Área Judiciária, Classe A, Padrão 1, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, criado pela Lei n. 11.202, de 29 de novembro de 2005, vago em decorrência de exoneração da servidora Cristiane de Borba Cunha, publicada na Portaria n. 755, edição n. 75 do DOU, de 23 de abril de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Desembargador ARMINIO JOSÉ ABREU LIMA DA ROSA

**PORTARIA TRE-RS P Nº 1.037, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2021**

O DESEMBARGADOR ARMINIO JOSÉ ABREU LIMA DA ROSA, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e tendo em vista o constante no Processo SEI 0010892-98.2021.6.21.8000, resolve:

Art. 1º Nomear, em virtude de habilitação e aproveitamento do Concurso Público regido pelo Edital de Concurso Público para Servidores 1/2019, do TRF da 4ª Região, NATHAN DE MELLO, classificado em 8º lugar na Lista Específica da microrregião Noroeste (RS) do cargo de Analista Judiciário, Área Judiciária, para ocupar o cargo de Analista Judiciário, Área Judiciária, Classe A, Padrão 1, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, criado pela Lei n. 7.645, de 18 de dezembro de 1987, vago em decorrência de posse em outro cargo inacumulável da servidora Andressa Maurente da Costa Garcia, publicada na Portaria n. 975, edição n. 180 do DOU, de 22 de setembro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Desembargador ARMINIO JOSÉ ABREU LIMA DA ROSA

**PORTARIA TRE-RS P Nº 1.038, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2021**

O DESEMBARGADOR ARMINIO JOSÉ ABREU LIMA DA ROSA, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e tendo em vista o constante no Processo SEI 0010892-98.2021.6.21.8000, resolve:

Art. 1º Nomear, em virtude de habilitação e aproveitamento do Concurso Público regido pelo Edital de Concurso Público para Servidores 1/2019, do TRF da 4ª Região, CARLOS RENAN STREIT KURTZ, classificado em 6º lugar na Lista Específica da microrregião Fronteira (RS) do cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, para ocupar o cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Classe A, Padrão 1, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, criado pela Lei n. 7.645, de 18 de dezembro de 1987, decorrente de cargo vago recebido do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina por redistribuição, publicada nas Portarias TRE-SC n. 150 e TRE-RS n. 184, edição 169 do DOU, de 02 de setembro de 2019, vago em decorrência de aposentadoria da servidora Rosilene Vargas Camargo, publicada na Portaria n. 161, edição n. 163 do DOU, de 23 de agosto de 2018, enquadrado nos limites autorizados no anexo I da Portaria TSE n. 328/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Desembargador ARMINIO JOSÉ ABREU LIMA DA ROSA

**PORTARIA TRE-RS P Nº 1.039, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2021**

O DESEMBARGADOR ARMINIO JOSÉ ABREU LIMA DA ROSA, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e tendo em vista o constante no Processo SEI 0010892-98.2021.6.21.8000, resolve:

Art. 1º Nomear, em virtude de habilitação e aproveitamento do Concurso Público regido pelo Edital de Concurso Público para Servidores 1/2019, do TRF da 4ª Região, EDUARDO RIBEIRO BRUM, classificado em 8º lugar na Lista Específica da microrregião Fronteira (RS) do cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, para ocupar o cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Classe A, Padrão 1, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, criado pela Lei n. 10.842, de 20 de fevereiro de 2004, vago em decorrência de aposentadoria do servidor Vilmar da Silva Pacheco, publicada na Portaria n. 152, edição n. 124 do DOU, de 1º de julho de 2019, enquadrado nos limites autorizados no anexo I da Portaria TSE n. 328/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Desembargador ARMINIO JOSÉ ABREU LIMA DA ROSA

**PORTARIA TRE-RS P Nº 1.040, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2021**

O DESEMBARGADOR ARMINIO JOSÉ ABREU LIMA DA ROSA, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e tendo em vista o constante no Processo SEI 0010892-98.2021.6.21.8000, resolve:

Art. 1º Nomear, em virtude de habilitação e aproveitamento do Concurso Público regido pelo Edital de Concurso Público para Servidores 1/2019, do TRF da 4ª Região, BRENDA PAIVA LIPNHARSKI, classificada em 5º lugar na Lista Específica da microrregião Noroeste (RS) do cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, para ocupar o cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Classe A, Padrão 1, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, criado pela Lei n. 6.082, de 17 de junho de 1974, vago em decorrência de aposentadoria do servidor Claudio Orcy da Silva, publicada na Portaria n. 171, edição n. 132 do DOU, de 11 de julho de 2019, enquadrado nos limites autorizados no anexo I da Portaria TSE n. 328/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Desembargador ARMINIO JOSÉ ABREU LIMA DA ROSA

**PORTARIA TRE-RS P Nº 1.041, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2021**

O DESEMBARGADOR ARMINIO JOSÉ ABREU LIMA DA ROSA, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e tendo em vista o constante no Processo SEI 0010892-98.2021.6.21.8000, resolve:

Art. 1º Nomear, em virtude de habilitação e aproveitamento do Concurso Público regido pelo Edital de Concurso Público para Servidores 1/2019, do TRF da 4ª Região, VITORIA DE ALBUQUERQUE BALDO, classificada em 4º lugar na Lista Específica da microrregião Nordeste (RS) do cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, para ocupar o cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Classe A, Padrão 1, do Quadro



de Pessoal deste Tribunal, criado pela Lei n. 8.868, de 14 de abril de 1994, vago em decorrência de posse em outro cargo inacumulável do servidor Paulo Luiz Cassana Molina Filho, publicada na Portaria n. 847, edição n. 119 do DOU, de 28 de junho de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Desembargador ARMINIO JOSÉ ABREU LIMA DA ROSA

**PORTARIA TRE-RS P Nº 1042, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2021**

O DESEMBARGADOR ARMINIO JOSÉ ABREU LIMA DA ROSA, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e tendo em vista o constante no Processo SEI 0010892-98.2021.6.21.8000, resolve,

Art. 1º Nomear, em virtude de habilitação e aproveitamento do Concurso Público regido pelo Edital de Concurso Público para Servidores 1/2019, do TRF da 4ª Região, PABLO FONSECA DE SOUZA, classificado em 4º lugar na Lista Específica da microrregião Central (RS) do cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, para ocupar o cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Classe A, Padrão 1, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, criado pela Lei n. 6.082, de 17 de junho de 1974, vago em decorrência de posse em outro cargo inacumulável do servidor Tales de Almeida Schmitz, publicada na Portaria n. 970, edição n. 179 do DOU, de 21 de setembro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Desembargador ARMINIO JOSÉ ABREU LIMA DA ROSA

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO**

**ATO GP Nº 343, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2021**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o que consta do protocolo nº 2021.0.000047743-0, resolve:

Art. 1º Designar a servidora RENATA DA SILVA LAGRECA, Técnico Judiciário do Quadro de Pessoal deste Tribunal, para exercer a Função Comissionada de Assistente I, Nível FC-1, da 191ª Zona Eleitoral/Iilha do Governador do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

CLAUDIO LUIS BRAGA DELL'ORTO

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**

**ATO PR Nº 546 TRT-SP, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2021**

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 2º da Lei nº 409/1948, combinada com a Lei nº 11.416/2006, nos termos do art. 8º, inciso I, da Lei nº 8.112/1990, e tendo em vista o que consta do Processo TRT/MA nº 0000392-65.2017.5.02.0000 e do PROAD nº 46015/2019, resolve:

Art. 1º Tornar sem efeito, em razão de desistência expressa, a nomeação de MARIANA SOUSA FARIA NICHELE, 56ª colocada na lista geral, para exercer o cargo de Analista Judiciário - Área Judiciária, padrão TRT.2ª.A.NS.1, do Quadro Permanente da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, em vaga decorrente da redistribuição de Isabela Justiniano Simão, nº 2956, efetivada pelo Ato PR nº 479, publicado no Diário Oficial da União em 08 de novembro de 2021.

Art. 2º Tornar sem efeito, em razão de desistência expressa, a nomeação de LUCAS D ALESSANDRO PAZIN, 62ª colocada na lista geral, para exercer o cargo de Analista Judiciário - Área Judiciária, padrão TRT.2ª.A.NS.1, do Quadro Permanente da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, em vaga decorrente da redistribuição de Carolina Ventura Porfírio, nº 2975, efetivada pelo Ato PR nº 504, publicado no Diário Oficial da União em 11 de novembro de 2021.

Art. 3º Nomear EDUARDO ALMEIDA PELLERIN DA SILVA, 70ª colocado na lista geral, para exercer o cargo de Analista Judiciário - Área Judiciária, padrão TRT.2ª.A.NS.1, do Quadro Permanente da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, em vaga decorrente da redistribuição de Isabela Justiniano Simão, nº 2956.

Art. 4º Nomear LEONARDO GABRIEL CALVELO DOS SANTOS, 71ª colocado na lista geral, para exercer o cargo de Analista Judiciário - Área Judiciária, padrão TRT.2ª.A.NS.1, do Quadro Permanente da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, em vaga decorrente da redistribuição de Carolina Ventura Porfírio, nº 2975.

Art. 5º Este Ato PR entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ ANTONIO M. VIDIGAL

**ATO PR Nº 551 TRT-SP, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2021**

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 2º da Lei nº 409/1948, combinada com a Lei nº 11.416/2006, nos termos do art. 8º, inciso I, da Lei nº 8.112/1990, Lei nº 12.990/2014 e Resolução CNJ nº 203/2015, e tendo em vista o que consta do Processo TRT/MA nº 0000392-65.2017.5.02.0000 e do PROAD nº 46015/2019, resolve:

Art.1º Tornar sem efeito, em razão de desistência expressa, a nomeação de ELAYNE MEDEIROS DE SOUZA, 24ª colocada na lista de candidatos negros, para exercer o cargo de Técnico Judiciário - Área Administrativa, padrão TRT.2ª.A.NI.1, do Quadro Permanente da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, em vaga decorrente da redistribuição de Jamile Barbara da Hora Serrano, nº 3503, efetivada pelo Ato PR nº 532, publicado no Diário Oficial da União em 11 de novembro de 2021;

Art.2º Nomear DAYSE OLIVEIRA SANTOS MIRANDA, 26ª colocada na lista de candidatos negros, para exercer o cargo de Técnico Judiciário - Área Administrativa, padrão TRT.2ª.A.NI.1, do Quadro Permanente da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, em vaga decorrente da redistribuição de Jamile Barbara da Hora Serrano, nº 3503.

Art. 3º Este Ato PR entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ ANTONIO M. VIDIGAL

**ATO PR Nº 549, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2021**

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e em cumprimento ao quanto disposto no Acórdão n 18228/2021-TCU-1ª Câmara, resolve:

Art. 1º Excluir da fundamentação legal do Ato PR nº 147 TRT-SP, de 04/04/2019, publicado no Diário Oficial da União, Seção 2, de 09/04/2019, relativo à aposentadoria voluntária do servidor José Benedito Mendes, matrícula nº 31461, a vantagem "opção", prevista no art. 193 da Lei nº 8.112/1990 e concedida nos termos do decidido pelo C. Tribunal de Contas da União no Acórdão 2.076/2005-TCU-Plenário, correspondente ao cargo em comissão de Diretor de Secretaria de Vara do Trabalho, CJ-03.

LUIZ ANTONIO M. VIDIGAL

**ATO PR Nº 550, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2021**

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e em cumprimento ao quanto disposto no Acórdão nº 18002/2021-TCU-1ª Câmara, resolve:

Art. 1º Excluir da fundamentação legal do Ato PR nº 517 TRT-SP, de 02/10/2019, publicado no Diário Oficial da União, Seção 2, de 04/10/2019, relativo à aposentadoria voluntária da servidora Maria Aparecida Rosa Vargas, matrícula nº 34193, a

vantagem "opção", prevista no art. 193 da Lei nº 8.112/1990 e concedida nos termos do decidido pelo C. Tribunal de Contas da União no Acórdão 2.076/2005-TCU-Plenário, correspondente à função comissionada de Assistente de Juiz, FC-03.

Art. 2º Alterar o Ato PR nº 517 TRT-SP, de 02/10/2019, publicado no Diário Oficial da União, Seção 2, de 04/10/2019, relativo à aposentadoria voluntária da servidora Maria Aparecida Rosa Vargas, matrícula nº 34193, para, no que concerne à Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada, fazer constar a seguinte redação: "adicionada aos proventos a parcela de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada, correspondente à fração de 4/5 (quatro quintos) do cargo em comissão de Diretor de Secretaria de Vara do Trabalho, CJ-03, incorporados antes de 08/04/1998, na forma do art. 62-A da Lei nº 8.112/90, acrescentado pela Medida Provisória nº 2.225-45/01; e à fração de 1/5 (um quinto) do cargo em comissão de Diretor de Secretaria de Vara do Trabalho, CJ-03, incorporado após 08/04/1998, mantido por força de sentença judicial transitada em julgado exarada nos autos da Ação Ordinária nº 2004.34.00.048565-0, movida pela Associação Nacional dos Servidores da Justiça do Trabalho - ANAJUSTRA Federal, na qual a servidora consta como beneficiária, em consonância com os termos do Acórdão exarado no bojo dos autos do RE 638.115 CE".

LUIZ ANTONIO M. VIDIGAL

**DIRETORIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**

**PORTARIA DG/SGP Nº 1.172, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2021**

O DIRETOR-GERAL DA ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO, no uso da atribuição que lhe foi delegada por meio do Ato GP nº 22/2020, artigo 1º, inciso XVII, alínea "I", e tendo em vista o que consta do PROAD nº 40754/2021, resolve:

Art. 1º Conceder aposentadoria voluntária, com proventos integrais, à servidora ROSENEIDE DE MIRANDA MARQUES NEGRINI, matrícula nº 52701, no cargo de Analista Judiciário, Área Judiciária, Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal, padrão C.NS.13, do Quadro Permanente da Secretaria deste Tribunal, com fundamento no artigo 6º da EC nº 41/2003 c/c o artigo 3º da EC nº 103/19, acrescidos das demais vantagens a que faz jus.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RÔMULO BORGES ARAÚJO

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**

**PORTARIA GP Nº 317, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2021**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO o disposto no Processo TRT/EPAD/33173/21, resolve:

Art. 1º RETIFICAR a Portaria GP N. 272, de 04 de novembro de 2021, publicada no DOU de 12 de novembro de 2021, que redistribuiu 1 (um) cargo vago de Técnico Judiciário, Área Apoio Especializado, Especialidade Tecnologia da Informação, do Quadro de Pessoal deste Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, em reciprocidade com idêntico cargo, ocupado pelo servidor Diego Villendel Rodrigues Rocha, do Quadro de Pessoal do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, para fazer constar com efeitos a partir do dia 01.12.2021.

Desembargador JOSÉ MURILO DE MORAIS

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**

**PORTARIA Nº 3.178, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2021**

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO, no uso de suas atribuições, e considerando o que consta no PA nº 7216/2021, resolve:

1. COLOCAR À DISPOSIÇÃO da Coordenadoria de Controle da Direção do Foro de Cachoeirinha, no período de 16-11 a 03-12-2021, o servidor EDERSON DESCOVI FARIAS (96750), ocupante do cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, atualmente lotado na 1ª Vara do Trabalho de Cachoeirinha.

2. DESIGNAR o referido servidor para exercer, em substituição, o cargo em comissão de COORDENADOR-CJ1, na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro de Cachoeirinha, no período de 16-11 a 03-12-2021, no impedimento legal do titular.

CARMEN IZABEL CENTENA GONZALEZ

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO**

**ATO Nº 350, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2021**

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA QUINTA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em conformidade com o artigo 33, inciso VIII, da Lei nº 8.112/90, PROAD 17529/2021, resolve:

Declarar vacância do cargo de Técnico Judiciário/Administrativo, do quadro único de pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da Quinta Região, ocupado pela servidora JOSY RIBEIRO DOS SANTOS com efeitos a contar de 10/11/2021, em razão de posse em cargo inacumulável.

DÉBORA MACHADO

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO**

**ATO TRT6 Nº 459, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2021**

A DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista a sessão plenária de 02/08/2021 e o constante do PROAD nº21083/2020, resolve:

Conceder aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho, com fundamento no art. 93, inciso VI da Constituição da República, na redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/98 e c/c art. 10, § 1º, inciso II da EC nº 103/2019, à magistrada CARLA SANTINA DE SOUZA RODRIGUES no cargo de Juíza do Trabalho Titular de Vara, com proventos proporcionais na forma do art. 93, inciso V, da Carta Magna, com a redação dada pela EC nº 19/1998, calculados e atualizados de acordo com o disposto no art. 10, § 4º, c/c o art. 26, § 2º, inciso II e § 7º, todos da EC nº 103/2019. Os efeitos da aposentadoria vigoram a partir da publicação deste Ato, conforme dispõe o art. 188, da Lei 8.112/90. Publique-se no Diário oficial da União.

MARIA CLARA SABOYA ALBUQUERQUE BERNARDINO

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO**

**ATO TRT CGP Nº 85, 17 DE NOVEMBRO DE 2021(\*)**

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA TERCEIRA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o constante no Proad TRT n.º 26686/2021, resolve:

Conceder aposentadoria voluntária à servidora VALDETE BARBOSA DE CARVALHO, no cargo efetivo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, classe "C", padrão 13, com proventos integrais, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional n.º 47/2005, acrescidos do percentual de 10% (dez por cento) de gratificação adicional por tempo de serviço, na forma de anuênios (art. 67 da Lei n.º 8.112/90), na sua redação original, art. 6º da Lei n.º 9.624/98 e art.15, inciso II, da MP n.º 2225-45/2001), e da Vantagem Pessoal

